

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.343 - AM (2019/0143465-8)

RECORRENTE : MUNICIPIO DE SAO PAULO DE OLIVENÇA  
ADVOGADOS : ANTÔNIO DAS CHAGAS FERREIRA BATISTA E  
OUTRO(S) - AM004177  
ADRIAMAR FREITAS DE SIQUEIRA - AM008243  
RECORRIDO : LUIZILENE CRUZ CORREA  
ADVOGADO : CASSIUS CLAY CARNEIRO - AM002891

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MUNICIPIO DE SAO PAULO DE OLIVENÇA com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, LUIZILENE CRUZ CORREA ajuizou ação ordinária em face da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PAULO DE OLIVENÇA-AM, pleiteando o recebimento de verbas que a municipalidade, injustificadamente, deixou de pagar.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais) em 06 de março de 2009.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, ficando consignado que no tocante à *alegação de cerceamento de defesa, verifico que o juízo a qui intimou regularmente o Apelante para que produzisse provas no interesse da instrução processual, porém o Apelante as requereu fora do prazo (fls. 116-117), ou seja, em momento já coberto pela prescrição (fl. 183). O referido acórdão foi assim ementado, in verbis (fl. 181):*

APELAÇÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO. COBRANÇA DE REMUNERAÇÃO EM ATRASO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA COM PROVA PRECLUSA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Posto que o pagamento consiste em fato extintivo do direito do autor, o ônus de sua prova incumbe ao Município conforme o artigo 373, inciso II, CPC. De modo que, inexistindo tal quitação, mesmo que por culpa do então prefeito municipal que tinha por hábito não dar recibo, tal conduta de desídia probatória não prejudica a presunção de veracidade do direito alegado pela autora;

2 O requerimento por provas testemunhais em momento já precluso não respalda a alegação posterior do Município de cerceamento de defesa, uma vez que por sua culpa exclusiva deixou de observar o devido processo;

3. Recurso conhecido e desprovido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, MUNICIPIO DE SAO PAULO DE OLIVENÇA interpôs o presente recurso especial, apontando violação dos arts. 5º, LV, da Constituição Federal e 369 do CPC.

Sustenta, em síntese, ter ocorrido na hipótese cerceamento de defesa e violação ao devido processo legal, em virtude do Tribunal local ter indeferido o pedido de oitiva de testemunhas sob a alegação de intempestividade do feito.

Considera, ainda, que a oitiva de testemunhas é essencial ao deslinde da controvérsia, eis que são imprescindíveis à aferição dos fatos apresentados.

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso especial, nos termos do parecer de fls. 226-228, que guarda a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. COBRANÇA DE REMUNERAÇÃO EM ATRASO. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO LEGAL APONTADO COMO VIOLADO. SÚMULA 282/STF. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Quanto à violação do art. 5º, LV, da Constituição Federal, insta considerar que não cabe ao STJ a análise de suposta violação de dispositivos constitucionais, ainda que para o fim de prequestionamento, porquanto o julgamento de matéria de índole constitucional é de competência exclusiva do STF, consoante disposto no art. 102, III, da Constituição Federal. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.604.506/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe de 8/3/2017; EDcl no AgInt no REsp n. 1.611.355/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado

# Superior Tribunal de Justiça

em 14/2/2017, DJe de 24/2/2017.

Sobre a alegada violação do art. 369 do CPC, verifica-se que, no acórdão recorrido, não foi analisado o conteúdo do dispositivo legal, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Não constando do acórdão recorrido análise sobre a matéria referida no dispositivo legal indicado no recurso especial, restava ao recorrente pleitear seu exame por meio de embargos de declaração, a fim de buscar o suprimento da suposta omissão e provocar o prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Aplica-se o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), pelo que, majoro em dois pontos o percentual já fixado, relativo aos honorários advocatícios, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de agosto de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

